

Menos verba para o ensino fundamental

Necessidade de ajuste das contas públicas pode reduzir verba destinada pelo MEC ao Fundef. Estados e municípios podem reagir

Lisandra Paraguassú
Da equipe do Correio

Estados e municípios vão reclamar, mas o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental (Fundef) não deve ganhar mais recursos em 1999 do que recebeu este ano. O Fundef, como quase todas as contas do governo, espera para saber onde e quanto será o ajuste fiscal programado pelo governo federal. E as possibilidades são de que o valor aplicado por aluno do ensino fundamental não passe muito — se chegar a aumentar — dos R\$ 315 investidos este ano.

O Fundef é o requisito básico para que estados e municípios decidam que investimentos poderão ser feitos em educação no próximo ano. Com o valor definido, cada prefeito pode saber, de imediato, quanto terá seguramente para usar durante o ano. E todo mundo espera receber mais no ano que vem.

O fundo é formado por 15% da receita do ICMS arrecadado pelos estados, os Fundos de Participação dos Municípios (FPM) e dos estados (FPE), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para exportações. Esse dinheiro é dividido entre o nú-

mero de alunos de 1ª a 8ª séries, e chega-se a um valor por estudante. Quando o estado não tem recursos para aplicar esse dinheiro para cada estudante, o governo federal dá uma complementação.

É o caso, por exemplo, do Maranhão — o estado que investe menos dinheiro por aluno, R\$ 197. Este ano, o governo federal liberou ao estado e municípios maranhenses mais R\$ 118 por aluno.

Os recursos por estudante sobem quando aumenta a arrecadação. As primeiras contas feitas pelo Ministério da Fazenda previam um aumento em torno de 4% para 1999. Os recursos destinados ao Fundef poderiam chegar a R\$ 13,5 milhões, o que permitiria que se investisse R\$ 337 por estudante. Mas aí aconteceram dois problemas.

O primeiro tem pouco a ver com a

crise econômica, e pode até ser considerado uma boa notícia: o número de alunos do ensino fundamental subiu muito mais do que o esperado. O Ministério da Educação trabalhava com a expectativa de mais 700 mil crianças matriculadas. O número real foi 1,6 milhão maior.

É o mesmo dinheiro dividido por mais alunos. Ou seja, um valor menor para cada uma. “Com essa mesma expectativa de arrecadação e o dobro de alunos, o valor cairia para cerca de R\$ 329 por

MATRÍCULAS

O MEC trabalhava com a expectativa, para este ano, de mais

700 mil

crianças matriculadas.

Mas número real foi

1,6 milhão

maior

aluno”, explica o economista Ulisses Cidades, coordenador do Fundef. Mas o outro problema é que a arrecadação poderá não ser a mesma prevista em agosto pela equipe econômica.

Os cálculos estão suspensos até segunda ordem. O motivo: o agravamento da crise e os cor-

tes que terão que ser feitos para controlar as contas do governo. “Não sabemos ainda o que será feito, mas uma recessão faz com que o ICMS, por exemplo, caia. E isso fará com as

expectativas tenham que ser menores”, diz Cidades.

As possibilidades são as mais pessimistas possíveis. Até mesmo porque o aumento do valor do Fundef pesa também nos gastos do MEC. Hoje, o governo federal dá dinheiro para complementar o investimento de seis estados: Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Piauí e Pernambuco. Se o fundo for mantido em R\$ 315 por aluno, o MEC gastará cerca de R\$ 586 milhões. São R\$ 66 milhões a mais do que em 1998.

Se o valor for aumentado para R\$ 329, entrariam mais dois estados na conta da União, Paraíba e Alagoas. E a despesa chegaria a R\$ 739,6 milhões. Ou R\$ 153 milhões a mais de um ministério que teve que cortar, este ano, mais de R\$ 200 milhões por conta do ajuste exigido pelo governo em consequência da crise econômica.